

Petição On-line

Petição:	Coletiva
Nome do 1º Peticionário ou de Pessoa Coletiva:	António Arnaut, António Lobo Xavier, A. Lobo Antunes, Bagão Félix, Boaventura de Sousa Santos, Eduardo Lourenço, Manuel Alegre, Miguel Sousa Tavares, Mota Amaral, Pacheco Pereira, Paulo Teixeira Pinto, Rui Veloso, Sérgio Godinho, Vasco Lourenço, SPA, Ivo Pêgo
Morada:	Ivo Miguel Barroso Pêgo.
Local:	
Código Postal:	
Endereço Eletrónico:	
Nr. Telemóvel:	
Documento de identificação:	Passaporte Nº válido até:
Identificação de outros peticionários:	<p>António Duarte Arnaut António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier António José de Castro Bagão Félix António Lobo Antunes António Pedro Saraiva de Barros e Vasconcelos António Victorino Goulette de Medeiros e Almeida Boaventura de Sousa Santos Carlos do Carmo da Ascensão de Almeida Constança Beirão da Cunha e Sá Eduardo Lourenço de Faria Maria Isabel da Silva Pires de Lima José Germano Rego Sousa João Bosco Soares Mota Amaral João Ferreira do Amaral José Álvaro Machado Pacheco Pereira José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro Júlio Guilherme Ferreira Machado Vaz Júlio José de Pinho Isidro do Carmo Manuel Alegre Duarte Portugal Maria Filomena Mónica Maria Lídia Amado Franco de Azevedo e Silva Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco Miguel Andresen de Sousa Tavares Paulo Teixeira Pinto Pedro Machado Abrunhosa Pedro de Magalhães Mexia Bigotte Chorão Raquel Cardeira Varela Raul Miguel Rosado Fernandes Richard Zimler Rui Manuel Gaudêncio Veloso Sérgio de Barros Godinho Vasco Correia Lourenço Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho</p> <p>Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) ANPROPORT – Associação Nacional de Professores de Português Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa</p>
Objeto sucinto da sua Petição:	Cidadãos contra o "Acordo Ortográfico" de 1990
Texto da sua Petição:	Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia da República, Cidadãos contra o "Acordo Ortográfico" de 1990

A Língua é um património valioso e um instrumento determinante para a afirmação dos povos e das suas culturas, porque é através dela que exprimem a sua identidade e as suas diferenças. Tal como a espontaneidade da vida e dos costumes de cada povo, a Língua é um elemento vivo, e não pode, por isso, ser prisioneira de imposições do poder político, que limitam a sua criatividade natural. O “Acordo Ortográfico” de 1990 (AO90) nasceu de uma ideia imprevidente do então Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, a pretexto de “unificar” “as duas ortografias oficiais” do Português (sic) - alegadamente para evitar que o Português de Portugal se tornasse uma “língua residual”(!) -, e de “simplificar” a escrita. Na realidade, o que fez foi abrir uma caixa de Pandora e criar um monstro. O AO90 — a que os sucessivos Governos, com uma alegre inconsciência, foram dando execução —, é um fiasco político, linguístico, social, cultural, jurídico e económico. O processo de entrada em vigor do AO90 nos Estados lusófonos começou por ser um golpe político: o AO90 teria de ser ratificado por todos os Estados. Mas Angola e Moçambique, os dois maiores Países de língua portuguesa a seguir ao Brasil, nunca o ratificaram. E, dos restantes países, só três o mandaram “aplicar” obrigatoriamente: Portugal, a partir de 2011-2012; Cabo Verde, a partir de 2014-2015; e o Brasil, a partir de 2016. “O que nasce torto, tarde ou nunca se endireita”. Foi o que aconteceu com o AO90: os efeitos que produziu foram exactamente o contrário do que se pretendeu. Senão vejamos: o princípio que presidiu ao AO90 foi o de que a ortografia deveria ser determinada pelo alegado “critério da pronúncia” (?!), o que gerou aberrações da maior gravidade, de que damos apenas alguns exemplos: • Ao pretender eliminar as consoantes “mudas”, o AO90 criou arbitrariamente centenas de lemas (entradas de Dicionário), até aí inexistentes em qualquer das ortografias (portuguesa ou brasileira): “conceção”, por “concepção”; “receção”, por “recepção”, “espetador” por “espectador” — o que criou confusões semânticas, como, por exemplo, “conceção de crédito”, “receção económica” ou “espetador de cinema”. • No entanto, pela mesma lógica, o AO90 deveria começar por cortar a mais “muda” de todas as consoantes: o “h” inicial. O que não fez. • Estabeleceu 17 normas que instituem duplas grafias ou facultatividades, assentando num critério que se pretende de acordo com as “pronúncias” (?!): “corrupto” e “corruto”, “ruptura” e “rutura”; “peremptório” e “perentório”. • “Óptico” (relativo aos olhos), com a supressão da consoante “muda” “p”, passou a “ótico” (relativo aos ouvidos), o que cria a confusão total entre os Especialistas e o público, que deixam de saber a que órgão do corpo humano nos estamos a referir! • Em Portugal, a eliminação sem critério das consoantes “c” e “p”, ditas “mudas”, afasta as ortografias do Português europeu e do Brasil (quando o que se pretendia era aproximá-las), criou desagregações nas famílias de algumas palavras e provoca insólitas incoerências: passou a escrever-se “Egito”, mas “egípcios”; produtos “lácteos”, mas “laticínios”; os “epiléticos” sofrem de “epilepsia”; um “convector” opera de modo “convetivo”; o “interrutor” produz uma “interrupção”. • O facto de as facultatividades serem ilimitadas territorialmente (por exemplo, “contacto” e “contato”; “aritmética” e “arimética”) conduz a uma multiplicação gráfica caótica: por exemplo, o Curso universitário de “Electrónica e Electrotecnia” pode ser grafado com 32 combinações diferentes; o que é manifestamente absurdo. • A confusão maior surgiu entre a população que se viu obrigada a ter de “aplicar” o AO90, e passou a cortar “cês” e “pês” a oito, o que levou ao aparecimento de erros, tais como: “batérias”, “impatos”, “ténicas”, “fição”; “adatação”, “atidão”, “abruto”, “adeto”; “exeto” (por “excepto”); para além de cortarem outras consoantes, como, por exemplo, o “b” em “ojeção”, ou o “g” em “dianóstico”. • No uso de maiúsculas e minúsculas, o caos abunda; “Rua de Santo António” pode

escrever-se de quatro formas: também “rua de Santo António”, “rua de santo António” ou “Rua de santo António” (se acrescentarmos as 4 do Brasil, com “Antônio”, dá um total de 8 formas possíveis (!)). • O AO90 prescreve ou elimina o uso do hífen de forma totalmente caótica. Vejamos alguns exemplos: “guarda-chuva”, mas “mandachuva”; “cor-de-rosa”, mas “cor de laranja”; zona “infantojuvenil”, mas “materno-infantil”; e aberrações como “cocolateral”, “cocomandante”, “conavegante”, “corréu”, “coutente”, “semirreta”. • Entre outras arbitrariedades, a supressão do acento agudo cria situações caricatas. A expressão popular: “Alto e pára o baile”, na grafia do AO90 (“Alto e para o baile”) dá origem a leituras contraditórias. A frase “Não me pélo pelo pélo de quem pára para resistir” fica, com o AO90, escrita deste modo: “Não me pelo pelo pelo de quem para para resistir” — o que é incompreensível, seja qual for o contexto. • Em contrapartida, para “compensar” o desaparecimento da consoante “muda” e evitar o “fechamento” da vogal anterior, imposto pelo AO90, na escrita corrente, surgem aberrações espontâneas como a colocação de acentos fora da sílaba tónica: “correção” escrito “corrêção”; “espetaculo” corrigido para “espétaculo” ou mesmo “letivo” que passa a “létivo”! Em suma, com este caos (orto)gráfico, como se poderão “ensinar” as crianças a escrever Português? Mas há mais: o AO90 não incide sobre os factores de divergência da linguagem escrita entre Portugal e o Brasil, nas quais existem diferenças lexicais (fato – terno; autocarro – ônibus; comboio - trem), sintácticas (tu – você) e semânticas (palavras com sentidos diferentes: camisola, por exemplo, que, no Brasil, significa “camisa de dormir”). Estamos perante diferenças atávicas que caracterizam as duas variantes do Português e que não se alteram por decreto. O caos na grafia grassa nos vários dicionários, correctores e conversores. Com estas ferramentas discrepantes, os utilizadores da Língua Portuguesa, que já têm dificuldade em “aplicar” o “Acordo”, ficam ainda mais confusos e instáveis. Hoje, ninguém sabe escrever Português com o “Acordo”. Sejamos claros: a diversidade ortográfica — entre apenas duas variantes do Português: o de Portugal e o do Brasil — nunca foi obstáculo à comunicação entre os diversos povos de Língua portuguesa; como nunca foi razão de empobrecimento, mas, pelo contrário, uma afirmação da pujança da nossa Língua; o que, aliás, faz dela uma das mais escritas e utilizadas do Mundo. O Inglês tem 18 variantes, e não deixa por isso de ser a principal língua internacional; o Francês tem 15 e o Castelhana, 21. Por outro lado, as “aplicações” do AO90 afastam o Português padrão das principais Línguas internacionais, o que só traz desvantagens em termos etimológicos, de globalização e de aprendizagem dessas línguas estrangeiras, em relação às quais não temos qualquer vantagem em nos afastar. Por exemplo, a palavra “actor”: em todas as línguas, como a nossa, em que a palavra é de raiz latina, escreve-se “actor” com c ou k (excepto em Italiano, mas em que se escreve com duplo tt, que tem idêntica função de abrir a vogal “a”). É caso para dizer que “foi pior a emenda que o soneto”. Mas o AO90 é também um lamentável exemplo da forma como o Estado abusou do seu poder. A “Nota Explicativa” contém erros crassos, falácias e falsidades. Mais grave, nunca foi promovida qualquer discussão pública sobre o AO90. Em 2005, foram emitidos 25 Pareceres negativos por parte de Especialistas e de entidades consultadas. Porém, esses documentos foram ocultados. Todo o processo do AO90, culminando com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, é um péssimo exemplo de falta de transparência, inadmissível num Estado de Direito democrático (artigos 2.º e 48.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa). Por sua vez, o AO90 dividiu a sociedade e as gerações, ao impor uma forma de escrita nas escolas, Universidades, instituições do Estado e da sociedade civil —

enquanto a esmagadora maioria dos Portugueses continua a escrever com o Português pré-AO90. A maioria dos escritores lusófonos, muitos dos professores, dos tradutores e da Comunidade científica têm manifestado a sua repugnância em acatar o “Acordo”. Mesmo o grande número dos que acatam o AO90, por convicção, pragmatismo, inércia, subserviência, ou porque são obrigados a obedecer-lhe, na realidade, escrevem em Português normal, e limitam-se a deixar que os textos sejam depois adaptados pelos correctores ou revisores. Finalmente, no domínio jurídico, há vários atropelos que devem ser denunciados. Desde logo, o “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, para entrar em vigor, deveria ter sido ratificado por unanimidade, e não apenas por 3 Estados, como sucedeu. Por outro lado, o AO90 é inconstitucional, porque o Estado não pode programar a cultura e a educação segundo quaisquer directrizes estéticas, políticas ou ideológicas (artigo 43.º, n. 2, da Constituição). E viola também o dever de defesa e de preservação do nosso património cultural (artigo 78.º, n.º 1). Em suma, o AO90 teve os efeitos exactamente opostos aos que se propunha: não uniu, não unificou, não simplificou. É um fracasso político, linguístico, social, cultural e jurídico. E é também um fracasso económico, pois, ao contrário do que apregoou, não fez vender mais nem facilitou a circulação de livros. Pelo contrário: as vendas caíram. O Português pré-AO90 continua a ser a ortografia utilizada nos dois Países luso-escrevêntes mais populosos (logo a seguir ao Brasil): Angola e Moçambique; o que obriga a duas edições de livros e de manuais escolares por parte das Editoras: uma com e outra sem o AO90. A Língua é o instrumento decisivo da formação das crianças e dos jovens. Não podemos permitir que o arbítrio de decisões erradas seja transmitido às gerações futuras, de que somos cuidadores, separando filhos e pais, muitos dos quais escrevem hoje com ortografias diferentes. Em 18 de Maio de 1991, durante a discussão no Parlamento sobre o “Acordo Ortográfico”, o Deputado Jorge Lemos declarou, profeticamente: “O acordo é inútil, ineficaz, secretista, prepotente, irrealista, infundamentado, desnecessário, irresponsável, prejudicial, gerador de instabilidade e inoportuno. (...) Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este texto que nos foi distribuído, como sendo o texto do Acordo, só pode ter uma solução: ser rasgado.” E, perante a Assembleia, passou das palavras aos actos — e rasgou-o. 25 anos depois, é mais do que tempo de lhe seguirmos o exemplo. Em suma, peticionamos a desvinculação da República Portuguesa do Tratado do “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” de 1990, bem como do 1.º e do 2.º Protocolos Modificativos ao AO90 (ou, subsidiariamente, no mínimo, a suspensão do Tratado e Protocolos Modificativos por tempo indeterminado). Requeremos também a revogação imediata da Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, de 25 de Janeiro, com efeitos retroactivos, apagando os efeitos inconstitucionais e, por isso, nulos, que produziu iniquamente. Nota: Adira ao Grupo do Facebook «Cidadãos contra o “Acordo Ortográfico” de 1990», em <https://www.facebook.com/groups/acordoortograficocidadaoscontrao90> Lisboa, 23 de Janeiro de 2017

**** Os Subscritores Acílio Estanqueiro Rocha - Professor universitário; ex-Vice-Reitor da Universidade do Minho A. M. Pires Cabral - Escritor A. Vieira Cura – Professor universitário Adalberto Alves - Escritor, Arabista Adelino Gomes – Jornalista Albano Martins - Escritor Alfredo Barroso – Ex-membro do Governo; ex-Chefe da Casa Civil do Presidente da República General Amadeo Garcia dos Santos Ana Isabel Buescu - Professora universitária Ana Lúcia Pinto Sintra - Professora universitária Ana Paula Russo – Cantora lírica; Professora do Conservatório Nacional Ana Zanatti – Actriz; Escritora André Salgado de Matos - Docente universitário; Advogado André Ventura - Professor universitário; Penalista

António Arnaut – Escritor; Fundador do Serviço Nacional de Saúde António Bagão Félix – Professor universitário; ex-Ministro das Finanças e Segurança Social António Barreto - Professor universitário; Sociólogo António Carlos Cortez – Escritor; Professor António de Castro Caeiro – Professor universitário António Chagas Dias – Economista; Tradutor António Frederico Oliveira Figueiredo – Comentador desportivo; ex-dirigente do Sport Lisboa e Benfica António Garcia Pereira - Professor universitário; Advogado António Gentil Martins – Médico; ex-Bastonário da Ordem dos Médicos António Lobo Antunes – Escritor António Lobo Xavier – Advogado; membro do Conselho de Estado António M. Feijó – Professor universitário; Universidade de Lisboa António-Pedro Vasconcelos – Cineasta António Salvado – Escritor Assírio Bacelar – Editor Belmiro Fernandes Pereira – Professor universitário Bernardo Vasconcelos e Sousa – Professor universitário Boaventura de Sousa Santos - Professor universitário; Sociólogo Bruno Prata - Jornalista Camané - Cantor Carlos do Carmo – Cantor Embaixador Carlos Fernandes – Jurista Carlos Fiolhais – Professor universitário Carlos Alberto Gomes Monteiro (Carlos Tê) – Compositor Carlos Fragateiro – Professor universitário; Encenador Carlos Guilherme – Cantor lírico Casimiro de Brito – Escritor; ex-Presidente do PEN Club Português Catarina Vieira Molder - Cantora lírica; Directora artística Constança Cunha e Sá - Jornalista Desidério Murcho - Professor na Universidade Federal de Ouro Preto (no Estado federado de Minas Gerais, Brasil); Escritor Diogo Leite de Campos – Professor universitário; Advogado Eduardo Lourenço – Ensaísta; membro do Conselho de Estado Eduardo Cintra Torres – Professor universitário; Jornalista Eduardo Jorge de Sousa Castro - Professor Universitário Eugénia Melo e Castro – Cantora; Compositora Eugénio Lisboa – Escritor Fernanda Mota Alves - Professora universitária Fernando Araújo - Professor Universitário Fernando Dacosta – Jornalista; Escritor Fernando Paulo Baptista – Filólogo; Investigador Fernando Tordo – Cantor; Músico Francisco Belard – Jornalista Francisco Miguel Valada - Intérprete de conferência junto das instituições da UE Fernando Paulo Baptista – Filólogo; Investigador Gastão Cruz - Escritor Germano de Sousa – Professor universitário; ex-Bastonário da Ordem dos Médicos Gonçalo Sampaio e Mello – Professor Universitário; Coordenador do Arquivo Histórico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Guilherme Pereira - Professor universitário Guilherme Valente – Editor Helder Guégués – Escritor; Tradutor Hélder Costa – Dramaturgo/Encenador Helena Buescu - Professora universitária Hélio Alves – Professor universitário; Linguista Henrique Cayatte – “Designer” Henrique Garcia – Jornalista Henrique Jales Ribeiro – Professor universitário Hermenegildo Borges – Professor universitário Inês Lourenço – Escritora Inês Pedrosa – Escritora Irene Flunser Pimentel – Historiadora Isabel Pinto Ribeiro Sanches Osório – Professora da Faculdade de Medicina de Lisboa; Patologista Forense. Isabel Wolmar – Jornalista; Escritora Isabel Pires de Lima – Professora universitária; ex-Ministra da Cultura Januário Torgal Ferreira – Bispo João Barrento – Professor universitário João Bosco Mota Amaral – ex-Presidente da Assembleia da República; ex-Presidente do Governo Regional dos Açores João de Sousa – Jornalista; Director do Jornal “Tornado” João Ferreira do Amaral – Professor universitário João Maria de Freitas Branco – Filósofo/Ensaísta Joaquim Pessoa – Escritor Jorge Custódio – Professor universitário; Presidente da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial Jorge Martins – Artista plástico; Pintor Jorge Palma – Cantor, Compositor José d’Encarnação – Professor universitário; Epigrafista José Casalta Nabais – Professor universitário Coronel José Eduardo Sanches Osório - Professor da Academia Militar; Organizador da Revolução de 25 de Abril de 1974 José Lucas Cardoso – Professor universitário José

Luís Bonifácio Ramos – Professor universitário José Mendes Bota – ex-Deputado à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu José Pacheco Pereira – Professor universitário; Jornalista José Pedro Serra – Professor universitário José Renato Gonçalves – Professor universitário José Ribeiro e Castro – ex-Líder do CDS; ex-Deputado pelo CDS à Assembleia da República José Sousa – Professor universitário Júlio Isidro – Autor e Apresentador de Programas de Rádio e Televisão Júlio Machado Vaz – Médico Psiquiatra Júlio Pomar – Pintor Lena d'Água – Cantora Lídia Franco – Actriz Lisa Santos – Professora universitária Luís Aleluia – Actor Luís Bigotte Chorão – Jurista; Historiador Luís Menezes Leitão – Professor universitário; Presidente da Associação Lisbonense de Proprietários Luís M. R. Oliveira – Professor universitário Luís Raposo - Presidente da Aliança Europeia do Conselho Internacional de Museus (ICOM Europa); Vice-presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses Luísa Costa Gomes – Escritora Luiz Fagundes Duarte – Professor universitário; ex-Deputado à Assembleia da República pelo PS Manuel Alegre – Escritor; ex-Deputado à Assembleia da República Manuel Duarte Ortigueira – Professor universitário Manuel Ferreira Patrício – Professor universitário; ex-Reitor da Universidade de Évora Manuel Freire – Cantor; ex-Presidente da Sociedade Portuguesa de Autores Manuel Monteiro – Professor universitário; ex-Líder do CDS-PP Manuel S. Fonseca – Editor; Escritor Manuela Mendonça – Historiadora; Presidente da Academia Portuguesa da História Maria Alzira Seixo – Professora universitária Maria do Carmo Vieira – Professora de Português; membro da Direcção da ANPROPORT (Associação Nacional de Professores de Português) Maria do Céu Guerra – Actriz; Directora da Companhia de Teatro “A Barraca” Maria do Rosário Gama - ex-Directora da Escola Secundária Infanta D. Maria de Coimbra; Presidente da Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados (APRe!) Maria do Rosário Pedreira – Escritora; Editora Maria do Sameiro Barroso – Escritora; membro da Direcção do Núcleo de História da Medicina da Ordem dos Médicos Maria Carmen de Frias e Gouveia – Professora universitária; Linguista Maria Cristina Pimentel – Professora universitária; Directora do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa Maria Eduarda Gonçalves - Professora universitária Maria Ester Vargas – Professora; ex-Deputada à Assembleia da República pelo PSD Maria Filomena Molder – Professora universitária; Ensaísta Maria Filomena Mónica – Professora universitária; Escritora Maria João Seixas – Jornalista Maria Luísa Duarte – Professora universitária Maria Regina Rocha – Linguista; Consultora linguística do Programa de televisão “Cuidado com a Língua!” Maria Renée Gomes - Professora universitária; antiga representante da União Latina em Portugal Maria Teresa Horta – Escritora Mário Cláudio – Escritor Coronel Mário Tomé – Membro do “Movimento dos Capitães” na Guiné-Bissau; ex-Deputado à Assembleia da República pela UDP Martim de Albuquerque – Professor universitário Matilde Sousa Franco – Historiadora; ex-Deputada independente à Assembleia da República pelo PS Michael Seufert – ex-Deputado à Assembleia da República pelo CDS-PP; ex-Presidente da Juventude Popular (CDS-PP) Miguel Esteves Cardoso – Jornalista; Escritor Miguel Real – Escritor Miguel Sousa Tavares – Escritor Miguel Teixeira de Sousa – Professor universitário Paulo de Morais – Professor universitário; Presidente da “Frente Cívica” Paulo Saragoça da Matta – Advogado; Juiz “ad hoc” no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem Paulo Teixeira Pinto – Editor; ex-Presidente do Milenium BCP Pedro Abrunhosa – Cantor, Compositor Pedro Barroso – Cantor, Músico Pedro Mexia – Escritor Pedro Quartin Graça - Professor universitário Pedro Tamen – Escritor; ex-Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian Pêpê

Rapazote - Actor Raquel Varela – Investigadora; Professora universitária Raul Miguel Rosado Fernandes – Professor universitário; ex-Reitor da Universidade de Lisboa Ricardo Santos – Professor universitário Richard Zimler – Escritor; Professor Rita Ferro – Escritora Rosário Andorinha – Professora de Português; Presidente da Direcção da ANPROPORT (Associação Nacional de Professores de Português) Rosa Maria Perez - Antropóloga Rui Veloso – Cantor; compositor Santana Castilho - Professor universitário Sérgio Godinho – Cantor, compositor Sílvia Chicó – Professora universitária Sílvia Abrantes – Professor universitário; Engenheiro Silvina Pereira – Investigadora; Directora Artística no Teatro Maizum Sofia Miguens – Professora universitária Teolinda Gersão – Escritora; Professora universitária Teresa Pizarro Beleza – Professora universitária; Penalista Teresa Rodrigues Cadete - Professora universitária; Presidente da Direcção do PEN Club Português Tozé Brito (António José Correia de Brito) - Autor e compositor Valter Hugo Mãe – Escritor Vanda Anastácio – Professora universitária Tenente-Coronel Vasco Lourenço – Membro activo dos “Capitães de Abril”; Presidente da “Associação 25 de Abril” Vicente Jorge Silva – Jornalista Vitor Aguiar e Silva – Professor universitário; ex-Presidente da Comissão Nacional da Língua Portuguesa (CNALP) Vítor Manuel dos Anjos Guerreiro - Doutor em Filosofia da Arte; Tradutor. Vítor Ramalho – Jurista; ex-Deputado à Assembleia da República pelo PS ANPROPORT – Associação Nacional de Professores de Português Associação Portuguesa de Tradutores Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa Associação CLENARDVS – “Promoção e Ensino da Cultura e Línguas Clássicas” Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) Associação “Tornado” – Comunicação Social E ainda: Fernando Venâncio – Professor de ascendência portuguesa, de nacionalidade holandesa, na Universidade de Amesterdão; Filólogo Heinrich Ewald Hörster – Professor universitário na Universidade do Minho (de nacionalidade alemã) Odette Collas – Tradutora; Presidente da Direcção da Associação Portuguesa de Tradutores (de ascendência portuguesa; e de nacionalidade francesa) Arlindo João Carlos Isabel - Editor Literário; Ex-director do Instituto Nacional do Livro e do Disco (Angola) Luis F. Rosa Lopes – Escritor (Angola) Luís Fernando – Jornalista, Escritor (Angola) Paulo Horácio de Sequeira e Carvalho – Sociólogo (Angola) Delmar Maia Gonçalves – Escritor; Presidente do Núcleo de Escritores Moçambicanos na Diáspora Aldo Lopes Dinucci – Professor na Universidade de Sergipe (Brasil) Celso Augusto Conceição Nunes – Professor na Universidade de Cecusa, Cachoeirinha, Rio Grande do Sul; Linguista Lucas Miotto – Mestre; Doutorando brasileiro em Filosofia do Direito, na Universidade de Edimburgo Matheus Martins Silva – Doutor em Filosofia da Linguagem Osvaldo Frota Pessoa Junior – Professor na Universidade de São Paulo Paulo Franchetti – Professor na Universidade Estadual de Campinas, São Paulo Pasquale Cipro Neto – Professor; Colunista na “Folha de São Paulo” (1997-2016) **** ADENDA FIXAÇÃO “NE VARIETUR” DO TEXTO DA PETIÇÃO «Cidadãos contra o “Acordo Ortográfico” de 1990» Oposição dos Peticionários à “conversão” ortográfica, e a qualquer outra adulteração, do texto da presente Petição, em particular aquando da sua admissão e publicação no “DIÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA”, bem como na restante tramitação da Petição, em Comissão e em Plenário Os Peticionários não autorizam a transformação - por meio do conversor “Lince” -, nem a adulteração por qualquer outro meio, informático ou manual, de “correção ortográfica” ou outro, do texto da presente Petição, com os seguintes fundamentos: 1) Em primeiro lugar, os Autores dos textos têm “o direito à criação intelectual, artística e científica” (artigo 42º, nº 1, da Constituição da República Portuguesa) e à protecção legal dos seus

direitos de autor (cfr. art. 42.º, nº 2, da Constituição); 2) A lei ordinária concretiza este comando constitucional, mencionando que os Autores dos textos da presente Petição têm o direito de preservar a sua própria opção ortográfica, conforme resulta da norma declarativa constante do artigo 56.º, n.º 1 do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. Neste preceito, refere-se: o autor “goza durante toda a vida do direito de assegurar a genuinidade e integridade da sua obra, opondo-se à sua destruição, a toda e qualquer mutilação, deformação ou outra modificação da mesma, e, de um modo geral, a todo e qualquer acto que a desvirtue”; 3) Ora, é bem de ver que, neste caso muito em particular, a alteração de expressões, constantes do título da Petição contra o “Acordo Ortográfico” de 1990, desvirtuaria o fim e o sentido da presente Petição; 4) Nenhum texto infralegislativo pode alterar os direitos fundamentais aludidos, até porque têm valor inferior, em termos de hierarquia de fontes. Nestes termos, a opção ortográfica que é seguida é da variante euro-afro-asiático-oceânica do português, sem qualquer alteração ortográfica. Por outro lado, na confrontação das mesmas palavras grafadas de acordo com a norma costumeira do Português europeu, grafadas de acordo com o AO90 e mesmo grafadas supostamente de acordo com o AO90 (casos de hiper correcção, etc.), qualquer alteração – em particular da ortografia – prejudicaria irremediavelmente a compreensão dos conteúdos e da própria intencionalidade desta Petição. Assim, a presente Petição, em particular a ortografia nele contidas, é “ne varietur”. **** Petição em <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=acordoortografico90>

Caso não seja possível contactar o 1º Peticionário, indique outro contacto:

Nome:	Maria do Sameiro Pereira Reis Barroso
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Eletrónico:	
Nr. Telemóvel:	
Nacionalidade:	Portuguesa

ADENDA

FIXAÇÃO “NE VARIETUR” DO TEXTO DA PETIÇÃO «Cidadãos contra o “Acordo Ortográfico” de 1990»

Oposição dos Peticionários à “conversão” ortográfica, e a qualquer outra adulteração, do texto da presente Petição,

em particular quando da sua admissão e publicação no “DIÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA”, bem como na restante tramitação da Petição, em Comissão e em Plenário

Os Peticionários não autorizam a transformação - por meio do conversor “Lince” -, nem a adulteração por qualquer outro meio, informático ou manual, de “correção ortográfica” ou outro, do texto da presente Petição, com os seguintes fundamentos:

1) Em primeiro lugar, os Autores dos textos têm “*o direito à criação intelectual, artística e científica*” (artigo 42.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa) e à protecção legal dos seus direitos de autor (cfr. art. 42.º, n.º 2, da Constituição);

2) A lei ordinária concretiza este comando constitucional, mencionando que os Autores dos textos da presente Petição têm **o direito de preservar a sua própria opção ortográfica**, conforme resulta da norma declarativa constante do artigo 56.º, n.º 1 do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

Neste preceito, refere-se: ***o autor “goza durante toda a vida do direito de assegurar a genuinidade e integridade da sua obra, opondo-se à sua destruição, a toda e qualquer mutilação, deformação ou outra modificação da mesma, e, de um modo geral, a todo e qualquer acto que a desvirtue”***;

3) Ora, é bem de ver que, neste caso muito em particular, a alteração de expressões, constantes do título da Petição contra o “*Acordo Ortográfico*” de 1990, desvirtuaria o fim e o sentido da presente Petição;

4) Nenhum texto infralegislativo pode alterar os direitos fundamentais aludidos, até porque têm valor inferior, em termos de hierarquia de fontes.

Nestes termos, a opção ortográfica que é seguida é da variante euro-afro-asiático-oceânica do português, sem qualquer alteração ortográfica.

Por outro lado, na confrontação das mesmas palavras grafadas de acordo com a norma costumeira do Português europeu, grafadas de acordo com o AO90 e mesmo grafadas supostamente de acordo com o AO90 (casos de hipercorreção, etc.), qualquer alteração – em particular da ortografia – prejudicaria irremediavelmente a compreensão dos conteúdos e da própria intencionalidade desta Petição.

Assim, a presente Petição, em particular a ortografia nele contidas, é “*ne varietur*”.

Para:

Senhor Presidente da República; Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhores Deputados; Senhor Primeiro-Ministro, Senhores membros do Governo; Meritíssimos Senhores Juizes dos Tribunais.

Portugueses; Funcionários públicos; Escolas públicas, particulares e cooperativas, e respectivos Professores e Alunos; Universidades; Editoras.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Academia das Ciências de Lisboa; Instituto de Linguística Teórica e Computacional; Instituto Camões; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S.A.

A todas as restantes entidades públicas e privadas

Cidadãos contra o “Acordo Ortográfico” de 1990

A Língua é um património valioso e um instrumento determinante para a afirmação dos povos e das suas culturas, porque é através dela que exprimem a sua identidade e as suas diferenças. Tal como a espontaneidade da vida e dos costumes de cada povo, a Língua é um elemento vivo, e não pode, por isso, ser prisioneira de imposições do poder político, que limitam a sua criatividade natural.

O “Acordo Ortográfico” de 1990 (AO90) nasceu de uma ideia imprevidente do então Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, a pretexto de “unificar” “as duas ortografias oficiais” do Português (*sic*) - alegadamente para evitar que o Português de Portugal se tornasse uma “língua residual”(!) -, e de “simplificar” a escrita. Na realidade, o que fez foi abrir uma caixa de Pandora e criar um monstro. O AO90 — a que os sucessivos Governos, com uma alegre inconsciência, foram dando execução —, é um fiasco político, linguístico, social, cultural, jurídico e económico.

O processo de entrada em vigor do AO90 nos Estados lusófonos começou por ser um golpe político: o AO90 teria de ser ratificado por todos os Estados. Mas Angola e Moçambique, os dois maiores Países de língua portuguesa a seguir ao Brasil, nunca o ratificaram. E, dos restantes países, só três o mandaram “aplicar” obrigatoriamente: Portugal, a partir de 2011-2012; Cabo Verde, a partir de 2014-2015; e o Brasil, a partir de 2016.

“O que nasce torto, tarde ou nunca se endireita”. Foi o que aconteceu com o AO90: os efeitos que produziu foram exactamente o contrário do que se pretendeu.

Senão vejamos: o princípio que presidiu ao AO90 foi o de que a ortografia deveria ser determinada pelo alegado “*critério da pronúncia*” (?!), o que gerou aberrações da maior gravidade, de que damos apenas alguns exemplos:

- Ao pretender eliminar as consoantes “*mudas*”, o AO90 criou arbitrariamente centenas de lemas (entradas de Dicionário), até aí inexistentes em qualquer das ortografias (portuguesa ou brasileira): “*conceção*”, por “*concepção*”; “*receção*”, por “*recepção*”, “*espetador*” por “*espectador*” — o que criou confusões semânticas, como, por exemplo, “*conceção de crédito*”, “*receção económica*” ou “*espetador de cinema*”.
- No entanto, pela mesma lógica, o AO90 deveria começar por cortar a mais “*muda*” de todas as consoantes: o “*h*” inicial. O que não fez.
- Estabeleceu 17 normas que instituem duplas grafias ou facultatividades, assentando num critério que se pretende de acordo com as “*pronúncias*” (?!): “*corrupto*” e “*corruto*”, “*ruptura*” e “*rutura*”; “*peremptório*” e “*perentório*”.
- “*Óptico*” (relativo aos olhos), com a supressão da consoante “*muda*” “*p*”, passou a “*ótico*” (relativo aos ouvidos), o que cria a confusão total entre os Especialistas e o público, que deixam de saber a que órgão do corpo humano nos estamos a referir!
- Em Portugal, a eliminação sem critério das consoantes “*c*” e “*p*”, ditas “*mudas*”, afasta as ortografias do Português europeu e do

Brasil (quando o que se pretendia era aproximá-las), criou desagregações nas famílias de algumas palavras e provoca insólitas incoerências: passou a escrever-se “Egito”, mas “egípcios”; produtos “lácteos”, mas “laticínios”; os “epiléticos” sofrem de “epilepsia”; um “convetor” opera de modo “convetivo”; o “interrutor” produz uma “interrupção”.

- O facto de as facultatividades serem ilimitadas territorialmente (por exemplo, “contacto” e “contato”; “aritmética” e “arimética”) conduz a uma multiplicação gráfica caótica: por exemplo, o Curso universitário de “*Electrónica e Electrotecnia*” pode ser grafado com 32 combinações diferentes; o que é manifestamente absurdo.
- A confusão maior surgiu entre a população que se viu obrigada a ter de “aplicar” o AO90, e passou a cortar “cês” e “pês” a eito, o que levou ao aparecimento de erros, tais como: “batérias”, “impatos”, “ténicas”, “fição”; “adatação”, “atidão”, “abruto”, “adeto”; “exeto” (por “excepto”); para além de cortarem outras consoantes, como, por exemplo, o “b” em “ojeção”, ou o “g” em “dianóstico”.
- No uso de maiúsculas e minúsculas, o caos abunda; “Rua de Santo António” pode escrever-se de quatro formas: também “rua de Santo António”, “rua de santo António” ou “Rua de santo António” (se acrescentarmos as 4 do Brasil, com “Antônio”, dá um total de 8 formas possíveis (!)).
- O AO90 prescreve ou elimina o uso do hífen de forma totalmente caótica. Vejamos alguns exemplos: “guarda-chuva”, mas “mandachuva”; “cor-de-rosa”, mas “cor de laranja”; zona “infantojuvenil”, mas “materno-infantil”; e aberrações como “cocolateral”, “cocomandante”, “conavegante”, “corréu”, “coutente”, “semirreta”.
- Entre outras arbitrariedades, a supressão do acento agudo cria situações caricatas. A expressão popular: “Alto e pára o baile”, na grafia do AO90 (“Alto e para o baile”) dá origem a leituras contraditórias. A frase “Não me pélo pelo pélo de quem pára para resistir” fica, com o AO90, escrita deste modo: “Não me pelo pelo

pele de quem para para resistir” — o que é incompreensível, seja qual for o contexto.

- Em contrapartida, para “compensar” o desaparecimento da consoante “*muda*” e evitar o “fechamento” da vogal anterior, imposto pelo AO90, na escrita corrente, surgem aberrações espontâneas como a colocação de acentos fora da sílaba tónica: “*correção*” escrito “*corrêção*”; “*espetaculo*” corrigido para “*espétaculo*” ou mesmo “*letivo*” que passa a “*létivo*”!

Em suma, com este caos (orto)gráfico, como se poderão “ensinar” as crianças a escrever Português?

Mas há mais: o AO90 não incide sobre os factores de divergência da linguagem escrita entre Portugal e o Brasil, nas quais existem diferenças lexicais (fato – terno; autocarro – ônibus; comboio - trem), sintácticas (tu – você) e semânticas (palavras com sentidos diferentes: camisola, por exemplo, que, no Brasil, significa “camisa de dormir”). Estamos perante diferenças atávicas que caracterizam as duas variantes do Português e que não se alteram por decreto.

O caos na grafia grassa nos vários dicionários, correctores e conversores. Com estas ferramentas discrepantes, os utilizadores da Língua Portuguesa, que já têm dificuldade em “aplicar” o “*Acordo*”, ficam ainda mais confusos e instáveis. Hoje, ninguém sabe escrever Português com o “*Acordo*”.

Sejamos claros: a diversidade ortográfica — entre apenas duas variantes do Português: o de Portugal e o do Brasil — nunca foi obstáculo à comunicação entre os diversos povos de Língua portuguesa; como nunca foi razão de empobrecimento, mas, pelo contrário, uma afirmação da pujança da nossa Língua; o que, aliás, faz dela uma das mais escritas e utilizadas do Mundo. O Inglês tem 18 variantes, e não deixa por isso de ser a principal língua internacional; o Francês tem 15 e o Castelhana, 21.

Por outro lado, as “aplicações” do AO90 afastam o Português padrão das principais Línguas internacionais, o que só traz desvantagens em termos etimológicos, de globalização e de aprendizagem dessas línguas estrangeiras, em relação às quais não temos qualquer vantagem em nos

afastar. Por exemplo, a palavra “*actor*”: em todas as línguas, como a nossa, em que a palavra é de raiz latina, escreve-se “*actor*” com c ou k (excepto em Italiano, mas em que se escreve com duplo tt, que tem idêntica função de abrir a vogal “a”).

É caso para dizer que “*foi pior a emenda que o soneto*”.

Mas o AO90 é também um lamentável exemplo da forma como o Estado abusou do seu poder. A “*Nota Explicativa*” contém erros crassos, falácias e falsidades. Mais grave, nunca foi promovida qualquer discussão pública sobre o AO90. Em 2005, foram emitidos 25 Pareceres negativos por parte de Especialistas e de entidades consultadas. Porém, esses documentos foram ocultados. Todo o processo do AO90, culminando com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, é um péssimo exemplo de falta de transparência, inadmissível num Estado de Direito democrático (artigos 2.º e 48.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa).

Por sua vez, o AO90 dividiu a sociedade e as gerações, ao impor uma forma de escrita nas escolas, Universidades, instituições do Estado e da sociedade civil — enquanto a esmagadora maioria dos Portugueses continua a escrever com o Português pré-AO90.

A maioria dos escritores lusófonos, muitos dos professores, dos tradutores e da Comunidade científica têm manifestado a sua repugnância em acatar o “*Acordo*”. Mesmo o grande número dos que acatam o AO90, por convicção, pragmatismo, inércia, subserviência, ou porque são obrigados a obedecer-lhe, na realidade, escrevem em Português normal, e limitam-se a deixar que os textos sejam depois adaptados pelos correctores ou revisores.

Finalmente, no domínio jurídico, há vários atropelos que devem ser denunciados. Desde logo, o “*Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*”, para entrar em vigor, deveria ter sido ratificado por unanimidade, e não apenas por 3 Estados, como sucedeu.

Por outro lado, o AO90 é inconstitucional, porque o Estado não pode programar a cultura e a educação segundo quaisquer directrizes estéticas, políticas ou ideológicas (artigo 43.º, n. 2, da Constituição). E viola também

o dever de defesa e de preservação do nosso património cultural (artigo 78.º, n.º 1).

Em suma, o AO90 teve os efeitos exactamente opostos aos que se propunha: não uniu, não unificou, não simplificou. É um fracasso político, linguístico, social, cultural e jurídico. E é também um fracasso económico, pois, ao contrário do que apregoou, não fez vender mais nem facilitou a circulação de livros. Pelo contrário: as vendas caíram. O Português pré-AO90 continua a ser a ortografia utilizada nos dois Países luso-escreventes mais populosos (logo a seguir ao Brasil): Angola e Moçambique; o que obriga a duas edições de livros e de manuais escolares por parte das Editoras: uma com e outra sem o AO90.

A Língua é o instrumento decisivo da formação das crianças e dos jovens. Não podemos permitir que o arbítrio de decisões erradas seja transmitido às gerações futuras, de que somos cuidadores, separando filhos e pais, muitos dos quais escrevem hoje com ortografias diferentes.

Em 18 de Maio de 1991, durante a discussão no Parlamento sobre o “Acordo Ortográfico”, o Deputado Jorge Lemos declarou, profeticamente: *“O acordo é inútil, ineficaz, secretista, prepotente, irrealista, infundamentado, desnecessário, irresponsável, prejudicial, gerador de instabilidade e inoportuno. (...) Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este texto que nos foi distribuído, como sendo o texto do Acordo, só pode ter uma solução: ser rasgado.”* E, perante a Assembleia, passou das palavras aos actos — e rasgou-o.

25 anos depois, é mais do que tempo de lhe seguirmos o exemplo.

Em suma, peticionamos a desvinculação da República Portuguesa do Tratado do “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” de 1990, bem como do 1.º e do 2.º Protocolos Modificativos ao AO90 (ou, subsidiariamente, no mínimo, a suspensão do Tratado e Protocolos Modificativos por tempo indeterminado).

Requeremos também a revogação imediata da Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, de 25 de Janeiro, com efeitos retroactivos, apagando os efeitos inconstitucionais e, por isso, nulos, que produziu iniquamente.

Nota: Adira ao Grupo do Facebook «*Cidadãos contra o “Acordo Ortográfico” de 1990*», em <https://www.facebook.com/groups/acordoortograficocidadaoscontrao90>

0

Lisboa, 23 de Janeiro de 2017

Os Subscritores

Acílio Estanqueiro Rocha - Professor universitário; ex-Vice-Reitor da Universidade do Minho

A. M. Pires Cabral - Escritor

A. Vieira Cura – Professor universitário

Adalberto Alves - Escritor, Arabista

Adelino Gomes – Jornalista

Albano Martins - Escritor

Alfredo Barroso – Ex-membro do Governo; ex-Chefe da Casa Civil do Presidente da República

General Amadeo Garcia dos Santos

Ana Isabel Buescu - Professora universitária

Ana Lúcia Pinto Sintra - Professora universitária

Ana Paula Russo – Cantora lírica; Professora do Conservatório Nacional

Ana Zanatti – Actriz; Escritora

André Salgado de Matos - Docente universitário; Advogado

André Ventura - Professor universitário; Penalista

António Arnaut – Escritor; Fundador do Serviço Nacional de Saúde

António Bagão Félix – Professor universitário; ex-Ministro das Finanças e Segurança Social

António Barreto - Professor universitário; Sociólogo

António Carlos Cortez – Escritor; Professor

António de Castro Caeiro – Professor universitário

António Chagas Dias – Economista; Tradutor

António Frederico Oliveira Figueiredo – Comentarista desportivo; ex-dirigente do Sport Lisboa e Benfica

António Garcia Pereira - Professor universitário; Advogado

António Gentil Martins – Médico; ex-Bastonário da Ordem dos Médicos

António Lobo Antunes – Escritor

António Lobo Xavier – Advogado; membro do Conselho de Estado

António M. Feijó – Professor universitário; Universidade de Lisboa

António-Pedro Vasconcelos – Cineasta

António Salvado – Escritor

Assírio Bacelar – Editor

Belmiro Fernandes Pereira – Professor universitário

Bernardo Vasconcelos e Sousa – Professor universitário

Boaventura de Sousa Santos - Professor universitário; Sociólogo

Bruno Prata - Jornalista

Camané - Cantor

Carlos do Carmo – Cantor

Embaixador Carlos Fernandes – Jurista

Carlos Fiolhais – Professor universitário

Carlos Alberto Gomes Monteiro (Carlos Tê) – Compositor

Carlos Fragateiro – Professor universitário; Encenador

Carlos Guilherme – Cantor lírico

Casimiro de Brito – Escritor; ex-Presidente do PEN Club Português

Catarina Vieira Molder - Cantora lírica; Directora artística

Constança Cunha e Sá - Jornalista

Desidério Murcho - Professor na Universidade Federal de Ouro Preto (no Estado federado de Minas Gerais, Brasil); Escritor

Diogo Leite de Campos – Professor universitário; Advogado

Eduardo Lourenço – Ensaísta; membro do Conselho de Estado

Eduardo Cintra Torres – Professor universitário; Jornalista

Eduardo Jorge de Sousa Castro - Professor Universitário

Eugénia Melo e Castro – Cantora; Compositora

Eugénio Lisboa – Escritor

Fernanda Mota Alves - Professora universitária

Fernando Araújo - Professor Universitário

Fernando Dacosta – Jornalista; Escritor

Fernando Paulo Baptista – Filólogo; Investigador

Fernando Tordo – Cantor; Músico

Francisco Belard – Jornalista

Francisco Miguel Valada - Intérprete de conferência junto das instituições da UE

Fernando Paulo Baptista – Filólogo; Investigador

Gastão Cruz - Escritor

Germano de Sousa – Professor universitário; ex-Bastonário da Ordem dos Médicos

Gonçalo Sampaio e Mello – Professor Universitário; Coordenador do Arquivo Histórico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Guilherme Pereira - Professor universitário

Guilherme Valente – Editor

Helder Guégués – Escritor; Tradutor

Hélder Costa – Dramaturgo/Encenador

Helena Buescu - Professora universitária

Hélio Alves – Professor universitário; Linguista

Henrique Cayatte – “*Designer*”

Henrique Garcia – Jornalista

Henrique Jales Ribeiro – Professor universitário

Hermenegildo Borges – Professor universitário

Inês Lourenço – Escritora

Inês Pedrosa – Escritora

Irene Flunser Pimentel – Historiadora

Isabel Pinto Ribeiro Sanches Osório – Professora da Faculdade de Medicina de Lisboa; Patologista Forense.

Isabel Wolmar – Jornalista; Escritora

Isabel Pires de Lima – Professora universitária; ex-Ministra da Cultura

Januário Torgal Ferreira – Bispo

João Barrento – Professor universitário

João Bosco Mota Amaral – ex-Presidente da Assembleia da República; ex-Presidente do Governo Regional dos Açores

João de Sousa – Jornalista; Director do Jornal “*Tornado*”

João Ferreira do Amaral – Professor universitário

João Maria de Freitas Branco – Filósofo/Ensaísta

Joaquim Pessoa – Escritor

Jorge Custódio – Professor universitário; Presidente da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

Jorge Martins – Artista plástico; Pintor

Jorge Palma – Cantor, Compositor

José d'Encarnação – Professor universitário; Epigrafista

José Casalta Nabais – Professor universitário

Coronel José Eduardo Sanches Osório - Professor da Academia Militar; Organizador da Revolução de 25 de Abril de 1974

José Lucas Cardoso – Professor universitário

José Luís Bonifácio Ramos – Professor universitário

José Mendes Bota – ex-Deputado à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu

José Pacheco Pereira – Professor universitário; Jornalista

José Pedro Serra – Professor universitário

José Renato Gonçalves – Professor universitário

José Ribeiro e Castro – ex-Líder do CDS; ex-Deputado pelo CDS à Assembleia da República

José Sousa – Professor universitário

Júlio Isidro – Autor e Apresentador de Programas de Rádio e Televisão

Júlio Machado Vaz – Médico Psiquiatra

Júlio Pomar – Pintor

Lena d'Água – Cantora

Lídia Franco – Actriz

Lisa Santos – Professora universitária

Luís Aleluia – Actor

Luís Bigotte Chorão – Jurista; Historiador

Luís Menezes Leitão – Professor universitário; Presidente da Associação Lisbonense de Proprietários

Luís M. R. Oliveira – Professor universitário

Luís Raposo - Presidente da Aliança Europeia do Conselho Internacional de Museus (ICOM Europa); Vice-presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Luísa Costa Gomes – Escritora

Luiz Fagundes Duarte – Professor universitário; ex-Deputado à Assembleia da República pelo PS

Manuel Alegre – Escritor; ex-Deputado à Assembleia da República

Manuel Duarte Ortigueira – Professor universitário

Manuel Ferreira Patrício – Professor universitário; ex-Reitor da Universidade de Évora

Manuel Freire – Cantor; ex-Presidente da Sociedade Portuguesa de Autores
Manuel Monteiro – Professor universitário; ex-Líder do CDS-PP

Manuel S. Fonseca – Editor; Escritor

Manuela Mendonça – Historiadora; Presidente da Academia Portuguesa da História

Maria Alzira Seixo – Professora universitária

Maria do Carmo Vieira – Professora de Português; membro da Direcção da ANPROPORT (Associação Nacional de Professores de Português)

Maria do Céu Guerra – Actriz; Directora da Companhia de Teatro “*A Barraca*”

Maria do Rosário Gama - ex-Directora da Escola Secundária Infanta D. Maria de Coimbra; Presidente da Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados (APRe!)

Maria do Rosário Pedreira – Escritora; Editora

Maria do Sameiro Barroso – Escritora; membro da Direcção do Núcleo de História da Medicina da Ordem dos Médicos

Maria Carmen de Frias e Gouveia – Professora universitária; Linguista

Maria Cristina Pimentel – Professora universitária; Directora do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Maria Eduarda Gonçalves - Professora universitária

Maria Ester Vargas – Professora; ex-Deputada à Assembleia da República pelo PSD

Maria Filomena Molder – Professora universitária; Ensaísta

Maria Filomena Mónica – Professora universitária; Escritora

Maria João Seixas – Jornalista

Maria Luísa Duarte – Professora universitária

Maria Regina Rocha – Linguista; Consultora linguística do Programa de televisão “*Cuidado com a Língua!*”

Maria Renée Gomes - Professora universitária; antiga representante da União Latina em Portugal

Maria Teresa Horta – Escritora

Mário Cláudio – Escritor

Coronel Mário Tomé – Membro do “Movimento dos Capitães” na Guiné-Bissau; ex-Deputado à Assembleia da República pela UDP

Martim de Albuquerque – Professor universitário

Matilde Sousa Franco – Historiadora; ex-Deputada independente à Assembleia da República pelo PS

Michael Seufert – ex-Deputado à Assembleia da República pelo CDS-PP; ex-Presidente da Juventude Popular (CDS-PP)

Miguel Esteves Cardoso – Jornalista; Escritor

Miguel Real – Escritor

Miguel Sousa Tavares – Escritor

Miguel Teixeira de Sousa – Professor universitário

Paulo de Moraes – Professor universitário; Presidente da “Frente Cívica”

Paulo Saragoça da Matta – Advogado; Juiz “*ad hoc*” no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Paulo Teixeira Pinto – Editor; ex-Presidente do Milenium BCP

Pedro Abrunhosa – Cantor, Compositor

Pedro Barroso – Cantor, Músico

Pedro Mexia – Escritor

Pedro Quartin Graça - Professor universitário

Pedro Tamen – Escritor; ex-Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian

Pêpê Rapazote - Actor

Raquel Varela – Investigadora; Professora universitária

Raul Miguel Rosado Fernandes – Professor universitário; ex-Reitor da Universidade de Lisboa

Ricardo Santos – Professor universitário

Richard Zimler – Escritor; Professor

Rita Ferro – Escritora

Rosário Andorinha – Professora de Português; Presidente da Direcção da ANPROPORT (Associação Nacional de Professores de Português)

Rosa Maria Perez - Antropóloga

Rui Veloso – Cantor; compositor

Santana Castilho - Professor universitário

Sérgio Godinho – Cantor, compositor

Sílvia Chicó – Professora universitária

Sílvio Abrantes – Professor universitário; Engenheiro

Silvina Pereira – Investigadora; Directora Artística no Teatro Maizum

Sofia Miguens – Professora universitária

Teolinda Gersão – Escritora; Professora universitária

Teresa Pizarro Beleza – Professora universitária; Penalista

Teresa Rodrigues Cadete - Professora universitária; Presidente da Direcção do PEN Club Português

Tozé Brito (António José Correia de Brito) - Autor e compositor

Valter Hugo Mãe – Escritor

Vanda Anastácio – Professora universitária

Tenente-Coronel Vasco Lourenço – Membro activo dos “Capitães de Abril”; Presidente da “*Associação 25 de Abril*”

Vicente Jorge Silva – Jornalista

Vitor Aguiar e Silva – Professor universitário; ex-Presidente da Comissão Nacional da Língua Portuguesa (CNALP)

Vítor Manuel dos Anjos Guerreiro - Doutor em Filosofia da Arte; Tradutor.

Vitor Ramalho – Jurista; ex-Deputado à Assembleia da República pelo PS

ANPROPORT – Associação Nacional de Professores de Português

Associação Portuguesa de Tradutores

Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Associação *CLENARDVS* – “*Promoção e Ensino da Cultura e Línguas Clássicas*”

Sociedade Portuguesa de Autores (SPA)

Associação “*Tornado*” – Comunicação Social

E ainda:

Fernando Venâncio – Professor de ascendência portuguesa, de nacionalidade holandesa, na Universidade de Amesterdão; Filólogo

Heinrich Ewald Hörster – Professor universitário na Universidade do Minho (de nacionalidade alemã)

Odette Collas – Tradutora; Presidente da Direcção da Associação Portuguesa de Tradutores (de ascendência portuguesa; e de nacionalidade francesa)

Arlindo João Carlos Isabel - Editor Literário; Ex-director do Instituto Nacional do Livro e do Disco (Angola)

Luís F. Rosa Lopes – Escritor (Angola)

Luís Fernando – Jornalista, Escritor (Angola)

Paulo Horácio de Sequeira e Carvalho – Sociólogo (Angola)

Delmar Maia Gonçalves – Escritor; Presidente do Núcleo de Escritores Moçambicanos na Diáspora

Aldo Lopes Dinucci – Professor na Universidade de Sergipe (Brasil)

Celso Augusto Conceição Nunes – Professor na Universidade de Cecusa, Cachoeirinha, Rio Grande do Sul; Linguista

Lucas Miotto – Mestre; Doutorando brasileiro em Filosofia do Direito, na Universidade de Edimburgo

Matheus Martins Silva – Doutor em Filosofia da Linguagem

Oswaldo Frota Pessoa Junior – Professor na Universidade de São Paulo

Paulo Franchetti – Professor na Universidade Estadual de Campinas, São Paulo

Pasquale Cipro Neto – Professor; Colunista na “*Folha de São Paulo*” (1997-2016)